



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA de São Carlos  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0004806-73.2016.8.26.0566**  
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
Requerente: **Aparecido Donizette da Silva**  
Requerido: **IRMÃOS FRANÇA SUPERMERCADOS - SUPERMERCADO DIA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que quando foi realizar compras nas dependências do supermercado réu foi vítima de um assalto, sendo-lhe subtraída determinada quantia em dinheiro.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais que sofreu em função disso.

Os fatos trazidos à colação não despertam maiores controvérsias, apurando-se efetivamente que na ocasião em apreço houve um roubo no estabelecimento do réu e que bens do autor foram subtraídos.

Resta então definir se a partir disso o réu teria a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

obrigação de reparar os danos materiais sofridos pelo autor enquanto uma das vítimas daquele crime.

Preservado o respeito aos que porventura perfilhem entendimento diverso, reputo que na situação específica analisada nos autos não se pode cogitar de responsabilidade alguma a cargo do réu.

Isso porque conquanto em casos afins os proprietários de estabelecimentos dessa natureza disponibilizem segurança própria, as medidas a esse título não são obrigatórias e extravasam o objeto de sua atividade, até porque não recai sobre eles o dever de assegurar de forma plena a tranquilidade dos que o frequentam sob essa ótica.

Ademais, o cometimento do ilícito penal indicado configura o que se denomina fortuito externo que exime de responsabilidade o estabelecimento comercial.

Ademais, o cometimento do ilícito penal indicado configura o que se denomina fortuito externo que exime de responsabilidade o estabelecimento comercial.

O Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo já consagrou tal posição:

*“A ocorrência do assalto é incontroversa, porém, como bem ponderado na r. sentença apelada, a situação envolve o autêntico fortuito externo, que exclui a responsabilidade civil da apelada, vez que não lhe é exigível garantir a segurança absoluta de todos aqueles que se dirigem ao seu estabelecimento comercial. Nesse contexto, vale ressaltar que o mencionado crime foi cometido mediante grave ameaça exercida através de emprego de arma de fogo (fls. 20), de modo que a existência de câmeras de segurança ou de um vigilante no local certamente não seriam aptas a inibir a ação criminosa noticiada nos autos.”* (TJ-SP, Apelação nº 1022093-77.2013.8.26.0100, 34ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **KENARIK BOUJIKIAN**, j. 13/04/2016).

Esse v. acórdão fez consignar precedentes emanados do próprio Egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo e do Colendo Superior Tribunal de Justiça no mesmo diapasão, os quais merecem transcrição:

*“Apelação. Seguro. Ação regressiva. Roubo de veículo ocorrido no interior das dependências da ré. Subtração que ocorreu de forma violenta, mediante emprego de arma de fogo, configurando a inevitabilidade do evento. Fortuito externo. Exclusão do nexo de causalidade. Indenização indevida. Sentença mantida. Recurso improvido.”* (TJSP, Apelação nº 0023577-78.2012.8.26.0004, Rel. **AZUMA NISHI**, 27ª Câmara da Seção de Direito Privado, j. 15/09/2015).

*“Agravo Regimental no Recurso Especial. **Processual Civil.***



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA de São Carlos**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760**

***Responsabilidade Civil. Estacionamento de lanchonete. Roubo de veículo. Força maior. Precedentes. Súmula nº 7/STJ.***

***1. “A força maior deve ser entendida, atualmente, como espécie do gênero fortuito externo, do qual faz parte também a culpa exclusiva de terceiros, os quais se contrapõem ao chamado fortuito interno. O roubo, mediante uso de arma de fogo, em regra é fato de terceiro equiparável a força maior, que deve excluir o dever de indenizar, mesmo no sistema de responsabilidade civil objetiva” (REsp 976.564/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, DJe 23/10/2012).***

***2. A desconstituição das conclusões a que chegou o Colegiado a quo em relação à ausência de responsabilidade da lanchonete pelo roubo ocorrido em seu estacionamento, como pretendido pelo recorrente, ensejaria incursão no acervo fático da causa, o que, como consabido, é vedado nesta instância especial, nos termos da Súmula nº 7 desta Corte Superior.***

***3. Agravo regimental não provido.” (STJ, AgRg no Resp nº 1.218.620/SC, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma. Julgado aos 15/08/2013, DJe: 22/08/2013 – negritos no original).***

Tendo por aplicável essa orientação à hipótese vertente, a conclusão que daí deriva é a de que o autor não faz jus ao recebimento das indenizações pleiteadas, não se vislumbrando por parte do réu a prática de ato que o justificasse.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 30 de junho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**